

Alguns estudos sobre a formação do psicólogo – 1974-1994

Sergio Ozella

Ao ser convidado a escrever um artigo sobre a formação do psicólogo que permitisse ao leitor uma reflexão sobre temas de pesquisa na área, resolvi aproveitar um levantamento, realizado a partir da década de 80, sobre a produção em psicologia e psicologia social nos últimos anos. Dentre os temas destacados nesse levantamento, que cobriu um período de 20 anos, entre 1974 e 1994, e resultou em 994 artigos, encontravam-se “O ensino de psicologia e a formação do psicólogo” e “Psicologia e psicologia social na América Latina”. Em 1996 desenvolvi, juntamente com um grupo de alunos, um projeto vinculado à Iniciação Científica, que fez uma análise da produção na América Latina. Dessa análise foram destacadas 12 categorias de estudo e, dentre elas, o tema da “Formação do psicólogo na América Latina”. Foi a partir deste último item que resolvi fazer uma descrição e algumas reflexões sobre o tema, e que resultou neste artigo.

Devo alertar que o estudo não pretende ser exaustivo, sendo um recorte da produção sobre o tema na América Latina, incluindo o Brasil. Esse recorte se caracterizou por ser um levantamento que se restringiu ao material localizado na biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. De um total de 190 artigos identificados, foram estudados 146, sendo que para o estudo em questão (formação do psicólogo) foram trabalhados 21 textos. Destes, foram agrupados quatro assuntos, desenvolvidos em forma de pesquisa ou artigos reflexivos:

- Implantação e situação dos cursos de psicologia (5 textos);
- Formação e atuação profissional (10 textos);
- Visão dos alunos sobre a formação (3 textos);
- O professor de psicologia (3 textos).

O objetivo deste trabalho é, inicialmente, seguindo essa categorização, fazer uma breve descrição-síntese dos problemas pesquisados em cada um dos grupos, destacar os pontos convergentes e/ou divergentes, as conclusões e sugestões oferecidas pelos autores e, finalmente, fazer uma reflexão sobre problemas já exaustivamente estudados e encaminhar para aspectos ainda polêmicos e que mereceriam maior atenção dos pesquisadores em educação, particularmente, no ensino da psicologia.

Dessa forma, a pretensão não é responder e resolver os problemas da área, mas levantar questões visando preencher lacunas no conhecimento a respeito do currículo dos cursos de Psicologia no Brasil e na América Latina; da relação entre a formação e a atuação profissional e a existência ou não de uma articulação entre elas; da integração entre pesquisa e ensino; da preparação do professor de psicologia; da identidade do profissional e do aluno de Psicologia e sua relação com a formação, entre outras.

Implantação e situação dos cursos de psicologia

A década de 70 marca uma grande expansão dos cursos de psicologia, tanto no Brasil quanto na América Latina (Ozella, 1991, 1996). Essa situação se reflete nos artigos que recuperam a história da implantação e desdobramentos dos cursos de psicologia, particularmente no México (Meneses, 1976; Lafarga, 1977; Polo e Iniesta, 1977), com uma preocupação menor no Brasil (Centro de Informação e Pesquisa Ocupacional, 1978 e Saldanha, 1980), todos produzidos exatamente nos anos 70.

Essa proliferação dos cursos de psicologia vem acompanhada por preocupações com o baixo nível acadêmico e com o excesso de profissionais não necessariamente absorvidos pelo mercado de trabalho, entre outras consequências, que foram bem sintetizadas por Polo e Iniesta (1977): pouca clareza dos objetivos profissionais das novas escolas; falta de professores capacitados, falta de instalações adequadas, carência de bibliografia atualizada, falta de recursos gerais para a pesquisa, egressos com baixo nível profissional e, em consequência, podendo levar a uma deformação do perfil profissional.

Os mesmos autores fazem algumas propostas visando a necessidade de definir o papel profissional do psicólogo, bem como modelos curriculares que atendam a esse perfil. No primeiro caso, destacam a necessidade da transformação do mercado pelos novos profissionais, a inserção social dos psicólogos

nos problemas prioritários do País, formação de professores a curto e médio prazos, a melhora dos padrões acadêmicos, a proibição da expansão de cursos e diagnóstico e avaliação permanente dos cursos. No segundo caso sugerem uma definição de prioridades sociais, regulamentação de requisitos mínimos de treinamento profissional, bem como da prática profissional. O que causa espécie é que esse diagnóstico e as propostas numa tentativa de superação, apesar de terem sido realizadas por autores mexicanos há 20 anos, são identificados em todo o continente latino-americano ainda atualmente.

Um ponto comum entre os trabalhos publicados nesse período é que a expansão se referiria, particularmente, ao âmbito da rede particular de ensino, nas regiões mais desenvolvidas (geralmente nas capitais). Sem dúvida, uma maior atenção na autorização da criação de novas escolas (que acaba extrapolando os órgãos representativos profissionais) seria recomendada, mas caberia também uma posição menos dogmática e mais parcimoniosa em relação a responsabilizar essas duas condições (expansão e rede particular) pelo estado da formação dos profissionais em psicologia. A expansão traz implícita a questão do aumento do quadro de professores para dar conta da tarefa da formação e esse aumento requer um plano de preparação adequada, o que parece não estar sendo efetivado nos programas de pós-graduação. Entretanto, no que se refere ao ensino da rede particular, o estudo de Bastos e Gomide (1989), que sintetiza os principais resultados da pesquisa apresentada na obra *Quem é o psicólogo brasileiro*, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia entre 1986 e 1987 e publicada em 1988, conclui que as diferenças entre as escolas públicas e privadas “não são muito contundentes, pois dos 14 quesitos estudados, em apenas 4 deles apareceram diferenças estatisticamente significativas” (p.13). Dentre essas diferenças, a favor das instituições públicas se destaca uma formação mais voltada para a pesquisa enquanto que processos psicológicos básicos estariam sendo melhor desenvolvidos pelas escolas da rede privada. Não quero deixar a impressão de que estou aqui defendendo a expansão, principalmente das escolas particulares, mas em alguns casos a batalha contra essa expansão parece mais uma forma elitista de defender um espaço profissional de forma corporativista, como se a suspensão da abertura de novos cursos de Psicologia fosse resolver, de imediato, a qualidade da formação do psicólogo.

Sem dúvida, é fundamental um plano mais global, que defina princípios gerais para a superação do problema do qual participem efetivamente os ór-

gãos estatais, os órgãos representativos de classe, as instituições de ensino (no mínimo) de modo a comprometer a categoria dos psicólogos e dos professores. Os últimos congressos organizados pelos Conselhos Regionais e Federais de Psicologia têm encaminhado as discussões na direção de princípios gerais, mais do que a solução de problemas pontuais, normativos e circunstanciais.

Formação e atuação profissional

A adequação ou não do currículo oferecido pelas instituições formadoras para a atuação necessária dos profissionais em psicologia dominou os estudos desenvolvidos na década de 80. Isto parece demonstrar um momento de reflexão e avaliação, já que duas gerações já haviam sido formadas desde a criação dos cursos de Psicologia, tanto no Brasil quanto no continente sul-americano. Isto acrescido pela preocupação citada acima com a grande expansão da categoria profissional.

Quatro temas puderam ser destacados como os que mais preocuparam os estudiosos nessa relação formação x atuação profissional: *a relação teoria/prática; a adequação entre formação-atuação e a realidade social; atuação crítica e reprodução; o espaço para a pesquisa.*

A relação teoria/prática – Esse é um tema sempre presente em qualquer discussão sobre a formação do psicólogo. Apesar de haver um consenso sobre a necessidade da superação da dissociação entre teoria e prática (Bock, 1989), a discussão se torna estéril quando a questão da implantação de alternativas se coloca. Mesmo quando as propostas se dirigem para a necessidade de treinamento prático, já nos primeiros semestres, garantindo disciplinas obrigatórias que forneçam conhecimentos básicos e práticos (Rodrigues, 1978; Weber e Carraher, 1982), as propostas ficam no nível da revisão de métodos e teorias a serem ensinados (Lartigue e Harrsch, 1981).

Uma questão que me parece de fundamental importância se refere ao que se considera a prática do psicólogo, a sua atuação profissional. Quando se propõe que a teoria e a prática devem estar vinculadas e que o curso ofereça um treinamento prático, de que atuação se está falando? Qual é o modelo de atuação profissional que se passa nos cursos de Psicologia? A série de artigos produzidos na década de 80, por Carvalho (1984, 1988), dá uma clara idéia de como essa questão é importante quando se fala da formação de um profissional em psicologia.

Parece oportuno abordar em seguida um outro tema, muito próximo deste que se está tratando e que permitirá uma discussão mais abrangente. Trata-se da questão da relação entre a atuação profissional do psicólogo e as necessidades da sociedade.

Adequação entre formação/atuação e realidade social – A quem o psicólogo efetivamente presta seus serviços? Qual é o papel social do psicólogo? Lartigue e Harrsch (1981) já afirmavam que a psicologia deveria servir a todas as classes sociais, mas que na prática isto não acontecia. Apresentam um modelo de currículo que deveria levar o estudante a ter um contato direto com os problemas sociais do País; entretanto, baseiam suas propostas nos valores cristãos e mantêm as quatro áreas tradicionais de atuação do psicólogo, ou seja, Educação, onde estariam incluídos os excluídos, a Clínica, ligada à questão da saúde mental, a Social, atendendo a trabalhos junto à comunidade e grupos e onde estaria incluída a pesquisa (e apenas aqui!) e a área de Trabalho, voltada mais às organizações do que ao trabalhador.

Já em 1982, Patto, assumindo de forma pioneira, junto com Lane, na psicologia brasileira, uma maneira materialista dialética de pensar a realidade, critica a atuação conservadora do psicólogo (não reconhecida por ele) e identifica na evolução da psicologia como ciência e na formação do psicólogo um vazio filosófico e sociológico que o leva a um fazer destituído do pensar. Esse conservadorismo e essa desarticulação entre a atuação e a realidade social é, novamente, identificada por Bastos e Gomide (1989) e discutida por Ozella e Kato (1993) e se caracteriza por uma grande ênfase no trabalho na área Clínica, particularmente a psicoterapia (e seus derivados) e no âmbito do consultório, em oposição à atuação institucional. Os resultados apresentados pelo trabalho de Bastos e Gomide (1989) e confirmados por Piccinini, Pessin, Stortz e Jotz (1989) mostram um psicólogo que se reconhece com pouco conhecimento da realidade socioeconômica, conhecimento este que não foi ampliado durante o curso de Psicologia. Com essa situação de alienação, já agora reconhecida pelos profissionais, como atender à proposta de Bock (1989) para um curso de psicologia que deveria expandir a área de atuação do psicólogo para o mercado futuro e não se ater apenas ao mercado atual. Como ampliar a atuação do profissional de psicologia para além dos muros de um consultório particular? Como formar um profissional cidadão, crítico e comprometido com a transformação, como propõe a autora?

Atuação crítica e reprodução – Há um reconhecimento tácito, entre os vários autores aqui citados, de que a psicologia que é passada nos cursos aparece como uma ciência pronta e acabada, com conceitos estabilizados (apesar de diversificados nas várias “psicologias” existentes), com técnicas prontas para serem aplicadas. O aluno não sairia do curso com dúvidas a serem investigadas e esclarecidas. Essas dúvidas estariam sendo resolvidas durante o desenvolver do curso, a partir dos primeiros anos de ensino. Elas poderiam indicar uma falta de conhecimento, o que não seria permitido ao professor, que, afinal, domina plenamente sua área e tem as respostas para as indagações dos alunos.

Essa forma de “ensinar” Psicologia produz um profissional preparado para fazer sem uma reflexão de sua ação, um repetidor sem crítica, um técnico mero reprodutor de um saber muitas vezes importado e distante da realidade em que o sujeito de sua ação está inserido. Alguns pontos interessantes são identificados pelos autores que propõem algumas sugestões numa tentativa de superação. Elas serão aqui apresentadas de maneira simplificada e poderão ser melhor entendidas mediante consulta aos trabalhos originais.

Patto (1982) identifica a falta de uma formação filosófica, sociológica e antropológica consistentes, que permitiriam uma visão mais crítica das próprias teorias psicológicas que são passadas ao aluno sem nenhuma contextualização ideológica. Essas disciplinas, apesar de comporem o currículo pleno, são oferecidas, em geral, sem uma vinculação com o conhecimento psicológico durante os semestres iniciais, não propiciando ao aluno uma visão mais integrada para a compreensão do seu objeto de estudo: o homem.

Seguindo um raciocínio semelhante, Weber e Carraher (1982), fazendo uma reflexão sobre priorizar reformas curriculares ou definir diretrizes básicas, identificam a ausência de disciplinas sobre a produção de conhecimento em ciências humanas e na psicologia. Denunciam a informação de uma “linha psicológica” sem sua fundamentação histórica (e sem dúvida sem a identificação da ideologia que a permeia). Nesse sentido propõem, dentro de diretrizes gerais para a formação, um espaço que permita que seja oferecido um conhecimento básico da ciência psicológica e das ciências que a fundamentam, bem como uma reflexão epistemológica mais consistente.

Essas proposições viriam atender a insatisfação demonstrada pelos psicólogos investigados na pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia, sumarizada por Bastos e Gomide (1989). Nela os psicólogos avaliam que

a fundamentação filosófica e metodológica, bem como as informações sobre as ciências fundamentais para a psicologia, como biologia, sociologia e antropologia foram insatisfatórias na sua formação.

Um estudo muito interessante, realizado por Weber, Rickli e Liviski (1994), apresenta algumas reflexões interessantes e que podem trazer novas aberturas sobre a discussão da formação do psicólogo. Os autores identificam, já em 1976, uma crítica que permanece até hoje no comentário de Ribes (apud Weber et alii, 1994), de que os “currículos deveriam se preocupar em desenvolver posturas, ou seja, o estudante precisa aprender o *como* e o *porquê* ser psicólogo, ao invés de simplesmente aprender a manejar técnicas” (p. 76). Da mesma maneira, Carvalho (1987, apud Weber et alii, 1994) afirma que “o curso de psicologia deve produzir profissionais capazes de criar, criticar e usar criticamente o conhecimento em sua área...gerando profissionais capazes de construir a psicologia e não apenas repeti-la” (p. 76). Até aqui as idéias apenas confirmam o que foi acima exposto. O interessante é que a partir de um estudo de Carvalho (1987, apud Weber et alii, 1994) e comparando com seu próprio estudo, os autores constatam que os alunos de primeiros anos estão mais dispostos e abertos a modificar seus conceitos sobre o conhecimento psicológico e a criar uma atitude mais crítica em relação a esses conhecimentos, não estando ainda comprometidos com uma linha de pensamento específica. Entretanto, apesar de no início haver essa tendência, ao final do curso os alunos acabam por demonstrar uma concepção quase leiga da psicologia, muitas vezes semelhante àquela que tinham antes de ingressar no curso. Os autores consideram que não há continuidade no processo de visão crítica (eventualmente) iniciado nos primeiros anos. Não se transformam pesquisas (quando realizadas) em prática cotidiana; não são encaminhadas formas de transformar conteúdos em ações e não são propostas alternativas de trabalho psicológico. Dessa forma os cursos de formação servem como elementos de manutenção da situação atual. Acrescente-se a isso, ou talvez seja essa a causa principal, o fato de os psicólogos não terem clareza do que seja uma atuação psicológica e mesmo um fenômeno psicológico (Bock, 1997).

O espaço para a pesquisa – Este também é um dos temas mais recorrentes na discussão da formação do psicólogo e no qual o consenso confirma a prática. O ensino é enfatizado nos cursos de graduação em detrimento da pesquisa e da extensão. Mesmo quando a pesquisa encontra espaço (geralmente

nas instituições públicas ou nas PUCs), ela segue um modelo experimental positivista, conforme destacam Weber e Carraher (1982) e Mello (1989).

O professor não pesquisador, não produtor de conhecimento e não divulgador de seus estudos, fatalmente, tem como consequência uma formação teórica e livresca, na qual tanto alunos como professores se tornam meros consumidores de conhecimentos já elaborados e, freqüentemente, por autores não nacionais. Dessa forma, fecha-se o círculo vicioso que se iniciou com a prática desvinculada da realidade social, a atuação sem reflexão, o fazer sem pensar do profissional em psicologia determinado por uma formação livresca, sem crítica e importada.

Um estudo sobre a concepção de pesquisa, de alunos de graduação em psicologia, realizado por Moura, Bosco, Diniz e Santos (1993) chega a conclusões semelhantes, apesar do mesmo ter sido realizado em duas instituições públicas, onde, presumivelmente, o ensino da pesquisa encontraria um maior espaço. Os alunos, mesmo considerando (no seu discurso) a pesquisa importante para a psicologia, não participam de projetos de pesquisa, não lêem periódicos ou nem mesmo conhecem periódicos na área, desconhecem pesquisas e reconhecem que há pouca divulgação e ênfase no curso pelos próprios professores. Identificam a pesquisa com laboratório de psicologia experimental e com a área da psicologia social, quando se lembram de alguma pesquisa durante o curso.

Um aspecto que chama a atenção na relação *formação e atuação profissional* é o fato de que apesar de os psicólogos avaliarem positivamente sua preparação, particularmente na área Clínica, exatamente nesta área quase todos recorrerem a uma formação complementar. Isto foi identificado por Bastos e Gomide (1989) e confirmado por Weber, Rickli e Liviski (1994), entre outros. Nada contra uma reciclagem profissional muito positiva em qualquer área. Entretanto, essa formação complementar, geralmente, inicia-se logo após a formação regular, como uma forma de dar base para sua entrada no mercado de trabalho e, muitas vezes, mesmo durante a formação na graduação. Essa formação extra não se restringe apenas ao aperfeiçoamento teórico (em menor escala) e prático, mas abrange também a área comportamental e de personalidade através de psicoterapias. Como se coloca, então, a discussão sobre a formação se a universidade adquire um caráter apenas de passagem visando a aquisição de um título que lhe dê condições de iniciar sua especialização e aperfeiçoamento profissional, como destacam Langenbach e Negreiros

(apud Bastos e Gomide 1989). Tanto este trabalho como o de Bock (1991) fazem algumas reflexões importantes sobre essa situação particular na psicologia e encaminham para estudos mais aprofundados que clarifiquem esse fenômeno.

Visão dos alunos sobre a formação

Uma área de pesquisa ainda pouco aproveitada e que foi marca da década de 80 é a investigação da opinião dos alunos de Psicologia sobre a sua formação. Ela serve de referência e parâmetro para análises tanto teóricas quanto empíricas dos estudiosos dessa linha de pesquisa. Apesar de seguir um método mais quantitativo que permite um menor nível de aprofundamento esta forma de abordar a formação parece ser interessante, principalmente se for retomada dentro do método qualitativo.

Na nossa amostragem, três trabalhos se fizeram representar: Paulon e Carlos (1983) estudaram a opinião dos alunos do Instituto de Psicologia da PUC-RS sobre aspectos da sua formação; Santos (1989) realizou um estudo com alunos recém-ingressados em uma instituição pública da cidade de São Paulo, investigando suas opiniões sobre “o que faz um psicólogo” e “qual a função social deste profissional”; Carvalho (1989) faz um depoimento sobre um conjunto de pesquisa sobre a formação do psicólogo que vinha desenvolvendo durante, aproximadamente, cinco anos.

Os três estudos, de modo geral, confirmam, cada um dentro de seus objetivos específicos, o estado da formação dos profissionais em psicologia que vem sendo comentado neste artigo, isto é, sua ênfase na visão da psicologia como uma especialização eminentemente clínica e individualizada, marcada por uma tradição originada no “modelo médico”, que é confirmada e reforçada pela própria atuação dos psicólogos-professores. Uma visão da psicologia como um conhecimento pronto e acabado, apesar de sua grande diversidade teórica. Uma formação na qual existe uma lacuna em, particularmente, dois pontos entre outros: pouca ênfase na pesquisa e distanciamento entre formação e realidade social. Um curso com bons subsídios teóricos mas com uma prática deficitária.

Entretanto, gostaria de ressaltar um aspecto que chamou a atenção em cada um dos estudos: no caso de Paulon e Carlos (1983), quando solicitados a opinar sobre o que deveria ser aumentado, diminuído ou mantido no currículo, os maiores índices em cada uma das categorias foram: deve ser aumen-

tado – Técnicas de Entrevista, Psicopatologia, Psicologia Clínica; deve ser mantido – Rorschach, Psicologia da Personalidade, Ética Profissional e Psicologia Organizacional; deve ser diminuído – Metodologia Científica em Psicologia. Preferi não fazer comentários, deixando que os próprios dados falem por si mesmos.

No estudo de Santos (1989) dois aspectos se destacam: no que se refere à questão sobre “o que faz o psicólogo”, independente de uma área específica, os termos utilizados são “ajustar o indivíduo à sociedade”, “ajudar o indivíduo a compreender a si mesmo”, “apoio” e “orientação” (p. 16). Finalmente, no quesito sobre a “função social do psicólogo” os alunos, em geral, não especificam que função social o profissional poderia atender, e, quando parecem encontrar alguma, ela se caracteriza pelo “ajustamento”, “ajuda”, “aconselhamento”, o que confirma a visão individualista e médica do modelo que lhes é passado.

As reflexões de Almeida (1989) parecem, em síntese, encaminhar (novamente) para necessidade de uma formação que leve o profissional a ter um papel mais ativo de ação pensada e não apenas reproduzida, e me chama a atenção o destaque para a reflexão sobre o a natureza do *fenômeno psicológico* com o qual o profissional está lidando, mas que não parece muito claro para ele, conforme o estudo de Bock (1997) demonstra.

O professor de Psicologia

Interessante que dentre os trabalhos localizados na área de formação apareceram tão poucos tendo como tema um dos elementos principais, se não o principal (pelo menos atualmente), para esse objetivo – o professor. Mesmo assim, apenas um material é brasileiro e dois se referem a editoriais e não a trabalhos de investigação. Além disso, ele se restringe basicamente à década de 70. Talvez isto se explique por não constar do levantamento de periódicos especificamente relacionados à Educação mas, particularmente à Psicologia. Fica uma dúvida a ser refletida...

Em função dessa condição farei apenas alguns comentários que sintetizem algumas conclusões ou sugestões dos autores e que possam indicar linhas de investigação nesse tema.

Lafarga (1976), em um editorial sobre “quem que é o professor de psicologia”, no México, faz algumas considerações sobre a juventude desse pro-

fissional, com formação livresca, sem prática e desconectado da realidade social. Alerta para um problema que pode ser discutível e comparado com a situação atual e com a condição brasileira. Afirma Lafarga que “os melhores (professores) formados... estão... mais capacitados para serem professores de psicologia do que profissionais da disciplinas a serviço da sociedade que precisa deles” (p. 3). O mesmo Lafarga (1977) propõe um curso de formação de professores-psicólogos que, além de uma visão da psicologia como ciência, tenham uma perspectiva de sua aplicação às necessidades e demandas da sociedade. Como estaria esta situação no caso do Brasil? Será que nossos professores estão sendo preparados para exercerem o magistério? Ou será que eles estão, ao contrário, se formando (bem ou mal) para serem psicólogos mais do que professores?

A formação do profissional em psicologia parece ser ainda um campo aberto a muitas investigações. Apesar de encontrarmos, nos estudos até hoje realizados, alguns pontos de consenso, principalmente no que se refere às críticas, o mesmo não se pode dizer quanto às proposições e alternativas oferecidas. Ou por não estarem ainda consistentemente apresentadas ou por estarem em um nível meramente especulativo, sem fundamentação suficiente.

Não devemos esquecer que trabalhamos, ainda hoje, com um currículo “imposto” há mais de 30 anos. Apesar disto, não me parece ser este o maior problema, já que ele é suficientemente maleável (talvez até demais), permitindo a proposição de cursos dos mais alienados e conservadores aos mais avançados e comprometidos com as necessidades concretas de uma ciência visando a transformação social. Entretanto, a primeira alternativa parece a que mais comparece na formação do psicólogo.

Weber, Rickli e Liviski (1994) foram muito felizes nas suas conclusões sobre a formação do psicólogo, as quais transcrevo no encerramento deste trabalho:

De forma geral, percebe-se que a formação acadêmica em Psicologia contribui hoje para manter a situação da maneira como ela se apresenta. Enquanto uma variedade de setores da sociedade demanda os serviços do psicólogo, os cursos continuam formando-o para atuar apenas com alguns poucos grupos. A imagem que continua sendo “vendida” dentro dos cursos é a do profissional que vai adaptar o ser humano à sociedade, tornando o patológico, sadio e o desviante, normal.

A função social da Psicologia que pode ser a de criar melhores condições de vida, de facilitar as relações humanas nos mais variados ambientes, de possibilitar aos indivíduos que se conheçam e se reconheçam enquanto participantes de um contexto amplo e dinâmico, se esvazia. A ciência e a profissão acabam por se resumir, se limitar a uma atuação que pretende ser apenas curativa (nem sempre eficiente) ideologizada e, muitas vezes, alienante. (p. 85)

Resumo

O artigo apresentou um painel sobre os estudos realizados sobre a *formação do psicólogo* durante o período de 1974 a 1994, na América Latina a partir de um levantamento de artigos e pesquisas publicadas nos periódicos de psicologia da Biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Quatro temas básicos foram considerados para análise: *implementação e situação dos cursos de psicologia; formação e atuação profissional; visão dos alunos sobre a formação; e o professor de psicologia*. Constatou-se uma formação bastante deficiente, basicamente voltada para a área clínica, um profissional desvinculado da realidade social de seu país, um fazer reprodutivo e alienado que cria um círculo vicioso na formação de novos quadros.

Abstract

The article presents studies on psychologist's training between 1974 and 1994 in Latin America.

It is based on a survey of articles and pieces of research published in psychology journals of the Library of the Psychology Institute of the University of São Paulo. Four basic themes were considered for analysis: implementation and situation of psychology courses; training and professional work; students' perception about their training; psychology teachers. The results showed a very deficient training, oriented mainly to the clinic; a professional who is not conscious of the social reality of his/her country; a repetitive and alienated work which creates a "vicious circle" in the training of new psychologists.

Resumen

El artículo se propuso hacer un panel de los estudios realizados sobre la graduación del psicólogo durante el periodo de 1974 a 1994 en América Latina partiendo de un levantamiento de artículos y pesquisas publicadas en los periodicos de psicología, de la

Biblioteca del Instituto de Psicología de la Universidad de São Paulo. Para análisis fueron considerados cuatro temas básicos: implantación y situación de los cursos de psicología; graduación y actuación profesional; visión de los alumnos sobre la graduación y el profesor de psicología. Se constató una graduación bastante deficiente, básicamente dirigida a la área clínica, un profesional separado de la realidad social de su país, un quehacer reproductivo y alienado que crea un círculo vicioso en la formación de nuevos cuadros.

Referências bibliográficas

- Bastos, A. V. B. e Gomide, P. I. C. (1989). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 9, n. 1, pp. 6-15.
- Bock, A. M. B. (1989). Formação e organização profissional dos psicólogos. *Psicologia e Sociedade*, ano 5, n. 8, pp. 22-26, nov./mar.
- ____ (1991). *Pensando a profissão do psicólogo ou eu, caçador de mim*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ____ (1997). *As aventuras do Barão de Münchhausen na psicologia: um estudo sobre o significado do fenômeno psicológico na categoria dos psicólogos*. São Paulo, Educ, Cortez.
- Carvalho, A. M. A. (1984). Atuação psicológica. Alguns elementos para uma reflexão sobre os rumos da profissão e da formação. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 4, n. 2, pp. 7-9.
- Carvalho, A. M. A. (1988). "Atuação psicológica: uma análise das atividades desempenhadas pelos psicólogos". In: Conselho Federal de Psicologia. *Quem é o psicólogo brasileiro*. São Paulo, Edicon, cap. 12, pp. 217-235.
- ____ (1989). A visão dos alunos sobre sua formação. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 9, n. 1, pp. 19-21.
- Centro de Informação e Pesquisa Ocupacional (CIPO) (1978). Distribuição dos cursos de formação de psicologia existentes no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, v. 30, n. 1-2, pp. 37-40, jan./jun.
- Lafarga, J. (1976). Quién es hoy el profesor de psicología? (Editorial). *Enseñanza e Investigación en Psicología*, v. 2, n. 1, pp. 3-4.

- _____ (1977). Proliferação de escolas de psicologia em el país (Editorial). *Enseñanza e Investigación en Psicología*, v. 3, n. 1, pp. 3-4.
- _____ (1977). Formación del profesor de psicología en la investigación de las necesidades del país. *Enseñanza e Investigación en Psicología*, v. 3, n. 2, pp. 33-38.
- Lartigue, M. T. e Harrsch, C. (1981). Hacia el aprendizaje integral de la psicología. *Enseñanza e Investigación en Psicología*, v. 7, n. 2, pp. 248-264.
- Meneses, E. (1976). 25 años de enseñanza de la psicología en la Universidad Iberoamericana. 1950-1975. *Enseñanza e Investigación en Psicología*, v. 2, n. 1, pp. 122-127.
- Mello, S. L. de (1989). Currículo: quais mudanças ocorreram desde 1962? *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 9, n. 1, pp. 16-18.
- Moura, M. L. S. de; Bosco, E.; Diniz, L. F. e Santos, T. G. (1993). A pesquisa em psicología e o aluno de graduação. *Psicología: Reflexão e Crítica*, v. 6, n. 1-2, pp. 17-38.
- Ozella, S. (1991). *O ensino de psicología social no Brasil: um estudo sobre o pensar e o agir de seus professores*. Tese de doutorado em psicología social. PUC-SP.
- _____ (1996). Os cursos de psicología e os programas de psicología social: alguns dados do Brasil e da América Latina. *Psicología e Sociedade*, v. 8, n. 1, pp. 120-143, jan./jun.
- Ozella, S. e Kato, M. L. (1993). A des-articulação entre formação e as necessidades da sociedade: o caso da psicología. *Jornal do CRP-06*, v. 13, n. 83, p. 11, set.
- Patto, M. H. S. (1982). O papel social e a formação do psicólogo: contribuição para um debate necessário. *Boletim de Psicología*, v. 34, n. 82-83, pp. 7-16.
- Paulon, S. M. e Carlos, S. A. (1983). Projeto: Melhoria de formação do psicólogo. Respostas ao questionário n. 1. População alvo: alunos. *Psico.*, v. 2, n. 6, pp. 17-26, jul./dez.
- Piccinini, C. A.; Pessin, L.; Stortz, D. e Jotz, C. (1989). A formação do psicólogo no Rio Grande do Sul. *Psicología: Reflexão e Crítica*, v. 4, n. 1-2, pp. 71-90.
- Polo, E. M. e Iñesta, E. R. (1977). Panorámica de la enseñanza de la psicología en México. *Enseñanza e investigación en Psicología*, v. 3, n. 2, pp. 6-20.

- Rauch, N. F. (1982). Breve reflexão com os professores de psicologia (Editorial). *Psico.*, v. 4, n. 1, pp. 5-6, jan./jul.
- Rodríguez, F. L. (1978). Consideraciones sobre las prácticas básicas en psicología. *Enseñanza e Investigación en Psicología*, v. 4, n. 2, pp. 217-222.
- Saldanha, A. de M. (1980). Estado atual da psicologia no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 32, n. 1, pp. 5-12, jan./mar.
- Santos, M. A. dos (1989). O psicólogo: atuação profissional e função social segundo a percepção de estudantes de psicologia. *Estudos de Psicologia*, v. 6, n. 1, pp. 5-30, jan./jul.
- Weber, S. e Carraher, T. N. (1982). Reforma curricular ou definição de diretrizes? Uma proposta para o curso de psicologia. *Psicologia*, v. 8, n. 1, pp. 1-13.
- Weber, L. N. D.; Rickli, A. e Liviski, J. D. (1994). Atuação e formação do psicólogo como fatores que influenciam a representação social da psicologia. *Revista Psicologia Argumento*, n. 15, pp. 71-88.